

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE  
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO:  
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

CAMILA VUJANSKI


**SÍNDROME DE DOWN: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA DISCIPLINA  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

CAMILA VUJANSKI



**SÍNDROME DE DOWN: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA DISCIPLINA  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Goioerê, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Medianeira.

Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Fatima Menegazzo Nicodem.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2020



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### SÍNDROME DE DOWN: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Por

CAMILA VUJANSKI

Esta monografia foi apresentada às 09h10m do dia 06 de setembro de 2020, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Goioerê, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Fatima Menegazzo Nicodem UTFPR – Câmpus Medianeira  
Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dra. Claudimara Cassoli Bortoloto  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Membro da Banca

Prof<sup>a</sup>. Me. Joice Maria Maltauro Juliano  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Membro da Banca

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus porque sem ele nada seria possível, pelo dom da vida e por me proporcionar perseverança para concluir este projeto de pesquisa.

Sou grato à minha família pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

Deixo meu agradecimento em especial a minha orientadora Dra. Maria Fatima Menegazzo Nicodem pelo incentivo e pela dedicação do seu precioso tempo ao meu projeto de pesquisa.

Também quero agradecer à Universidade UTFPR – Campus Medianeira e a todos os professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pela elevada qualidade do ensino oferecido.

*"Não existe saber mais ou saber menos: há saberes diferentes." (PAULO FREIRE)*

## RESUMO

VUJANSKI, Camila. **Síndrome de Down: práticas inclusivas na disciplina de educação física**. 2020. 43 de folhas. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa descritiva sobre a problemática de identificar quais são as práticas inclusivas aplicadas na disciplina de educação física aos alunos com Síndrome de Down matriculados em uma escola de Goioerê – Pr. Visto que, a educação vem atravessando momentos de transformação, onde a inclusão é um dos temas mais abordados na atualidade. E a educação física não fica fora deste processo, pois os profissionais inseridos na área devem estar aptos para receber todos os alunos independente da sua deficiência. Os aspectos cognitivos, motores, sociais, dentre outras capacidades que fazem parte da educação física, devem ser trabalhados da melhor maneira possível, respeitando os limites individuais dos alunos. Podemos perceber que todos têm talentos diferentes, mas todos gostariam de ter oportunidades iguais para desenvolver os seus talentos, pois todos são iguais nas diferenças. Se tratando de uma pesquisa descritiva, foi aplicado aos professores de Educação Física especialistas em Educação Especial que ministram aulas para alunos com síndrome de Down um questionário contendo oito questões abertas. Presume-se que por meio desta pesquisa será possível compreender quais são os métodos utilizados pelos professores, e então, passar a entender como as formas de inclusão podem influenciar na melhora da qualidade de vida dos alunos com Síndrome de Down.

**Palavras-chave:** Educação Física, Inclusão, Síndrome de Down

## ABSTRACT

VUJANSKI, Camila. **Down syndrome: inclusive practices in the discipline of physical education**. 2020. 51 de folhas. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

This work aims to present the results of descriptive research on the problem of identifying which inclusive practices are applied in the discipline of physical education to students with Down Syndrome enrolled in the school in Goioerê - Pr. Since education has been going through moments transformation, where inclusion is one of the most discussed topics today. And physical education is not out of this process, as the professionals in the area must be able to receive all students regardless of their disability. The cognitive, motor, social aspects, among other capacities that are part of physical education, must be worked out in the best possible way, respecting the individual limits of the students. We can see that everyone has different talents, but everyone would like to have equal opportunities to develop their talents, because everyone is equal in differences. In the case of a descriptive research, Physical Education teachers specializing in Special Education who teach classes for students with Down syndrome were administered a questionnaire containing 8 open questions. It is assumed that through this research it will be possible to understand what are the methods used by teachers, and then, to understand how the forms of inclusion can influence the improvement of the quality of life of students with Down Syndrome.

**Keywords:** Physical Education, Inclusion, Down Syndrome

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: Formação acadêmica dos professores pesquisados

TABELA 2: Tempo de atuação em Educação Especial

TABELA 3: Realização de Cursos em Síndrome de Down

TABELA 4: Realização de outros cursos em Educação Especial

TABELA 5: Atividades realizadas com alunos com Síndrome de Down x resultados na psicomotricidade

TABELA 6: Recursos utilizados em sala de aula com os alunos

TABELA 8: Dificuldades dos professores em sala de aula com alunos com Síndrome de Down

TABELA 9: Integração entre escola e família de alunos com Síndrome de Down



## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 11 |
| <b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....                            | 14 |
| 2.1. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE PESQUISADO .....                                       | 14 |
| 2.2 LEVANTAMENTO DOS REQUISITOS DO SISTEMA.....                                   | 15 |
| 2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....  | 15 |
| 2.4 RESULTADOS ESPERADOS.....   | 16 |
| <b>3 A SÍNDROME DE DOWN: HISTÓRICO, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS INCLUSIVAS</b> .....      | 17 |
| 3.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN.....            | 18 |
| 3.2 A ATUAÇÃO DA ESCOLA E DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO .....              | 20 |
| 3.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA/ESPECIAL.....                            | 22 |
| 3.4 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SINDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA..... | 23 |
| <b>4 ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE OS DADOS</b> .....                                  | 25 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 38 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 41 |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende identificar as práticas inclusivas na disciplina de Educação Física aplicada aos alunos com Síndrome de Down. É de grande importância a realização de estudos na área da Educação Física aplicada á alunos com deficiência, pois, evidentemente esses estudos podem colaborar com o aprendizado dos futuros profissionais. Se tratando da inclusão, precisamos romper com os muros e valorizar as pessoas, não subestimá-las, devemos avançar no conhecimento. É necessário entender que a inclusão das pessoas com deficiência não é garantida apenas por leis, mas na prática diária.

Silva (2002) enfatiza que a síndrome de Down acontece pela trissomia do cromossomo 21, isto é, decorrente de uma modificação genética, que se diferencia pela presença de mais um cromossomo no autossomo 21. Dessa forma, o que difere a pessoa com tal Síndrome do indivíduo com características ditas normais, é que o primeiro tem três cromossomos no autossomo 21, onde seriam dois. A Síndrome é uma anomalia genética muito comum em todo o mundo. O médico inglês John Langdon Down, foi o primeiro a descrever as características da síndrome, que leva seu nome. E desde então ela é estudada por diversos pesquisadores (MENEGETTI et al., 2009). A pessoa com Síndrome de Down (SD) tem características que se diferenciam dos demais, e por isso, enfrentam desde o início um olhar de discriminação. É comum pessoas com essa síndrome caracterizarem-se com dificuldades de aprendizagem, implicando em suas relações sociais, relacionados à autonomia.

A Inclusão Escolar ocorre quando não se exclui alunos em razão de qualquer atributo individual: gênero, cor, deficiência, classe social, entre outros. Numa escola inclusiva, todos os alunos, estudam juntos na mesma classe (SASSAKI, 1999). Com essa concepção podemos perceber que a deficiência não está apenas no sujeito, mas no modo que ela é vista pelos integrantes do grupo social.

Para que ocorra a integração e desenvolvimento da independência e autonomia das crianças com SD, a escola se torna o veículo mais importante para inclusão social. Nader (2003) afirma que “quando o exercício da liberdade e autonomia proporciona ao deficiente situações de inserção no grupo que se encontra, interagindo com outras crianças, longe da super proteção, imposta pela família, à integração torna-se possível”.

Contudo, nem todas as escolas sentem-se preparadas para receber o aluno com necessidades especiais. Um dos motivos é porque os professores não se encontram totalmente preparados para atender adequadamente as necessidades desses alunos. Desta forma o interesse pelo tema desse estudo surgiu pelo desejo de investigar quais são as práticas inclusivas aplicadas a esse público, e verificar se os profissionais da área estão realmente preparados e qualificados.

A pesquisa teve como objetivo central “compreender quais são as práticas inclusivas aplicadas pelos professores durante as aulas de Educação Física aos alunos com síndrome de Down matriculados em uma escola de Goioerê – Pr”. E tentar responder algumas perguntas, tais como: Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores para o desenvolvimento dessas práticas? Qual a contribuição do professor para a promoção da qualidade de vida desses alunos? Qual a contribuição do professor de educação física, em todo esse processo de inclusão. Assim, foi vista a oportunidade de ampliar os conhecimentos na área da educação física inclusiva, analisando como ela pode colaborar para qualidade de vida desse público.

O trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, com aplicação de um questionário com oito questões abertas, que foi respondido por três professores de Educação Física especialistas em Educação Especial, que ministram aulas para alunos com síndrome de Down em uma escola da cidade de Goioerê. Acredita-se que através desta pesquisa vamos ter uma maior compreensão dos métodos utilizados pelos docentes e ter mais clareza quanto à contribuição das aulas de educação física para alunos com Síndrome de Down. Assim, passar a entender como as formas de inclusão podem influenciar na melhora da qualidade de vida desses alunos.

Constituem-se em objetivos deste trabalho: Identificar as práticas inclusivas na disciplina de educação física, aplicadas aos alunos com de Síndrome de Down matriculados em uma escola de Goioerê – Pr. E específicos: Compreender as aulas de educação física inclusiva como promotora de saúde e qualidade de vida para crianças com síndrome de Down. Conhecer a fundo quais são as práticas inclusivas aplicadas pelos professores que trabalham nesta de Goioerê. E investigar quais as dificuldades encontradas pelos professores para realização das práticas inclusivas.

Como justificativa, para a presente pesquisa, se pretende identificar quais são as práticas inclusivas aplicadas na disciplina de educação física aos alunos com Síndrome de Down matriculados em uma escola de Goioerê – Pr, a partir da compreensão

de que, é por meio da educação que começamos a quebrar os paradigmas impostos pela sociedade, tornando de grande importância a qualificação tanto dos professores quanto da própria comunidade escolar, para que saibam lidar com a temática da inclusão.

Sendo assim, será uma oportunidade de ampliar os conhecimentos na área da educação física inclusiva, analisando como ela pode colaborar para a qualidade de vida desse público. E, além disso, descobrir de que forma o educador físico poderá desempenhar seu trabalho, buscando realizá-lo da melhor forma possível.

A Educação Física Adaptada e/ou Educação Física Especial é uma modalidade que visa proporcionar o desenvolvimento global da pessoa com deficiência, assegurando o pleno direito de cidadão e sua integração social. Esta educação é prevista na constituição Federal que garante o egresso deste deficiente na rede regular de ensino (SILVA, 2004).

Portanto, faz-se necessário a realização de pesquisas sobre práticas inclusivas nas aulas de educação física para alunos com síndrome de down, pois, acredito que este trabalho poderá contribuir para futuros professores e outros profissionais que desenvolvem atividades com esse público, compreendendo quais os melhores métodos e atividades a serem realizadas, para proporcionar uma melhor qualidade de vida para essa população.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Inicialmente foi realizada uma visita técnica ao local do projeto, mediante a entrega da carta de apresentação para a responsável pela escola na cidade Goioêre, e com a autorização da mesma, foi dado início a pesquisa. Logo após, foi realizado o primeiro contato com os professores responsáveis pelas aulas de educação física e entregue o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), para que eles tomassem conhecimento do projeto e assinassem o mesmo para anexarmos a esta monografia. Posteriormente, foi encaminhado via e-mail aos três professores um questionário composto por oito questões abertas, acerca da formação dos docentes e algumas questões sobre o desenvolvimento dos alunos desde o ingresso até o presente momento. Seguidamente, os questionários foram respondidos pelos três docentes e devolvidos para formulação dos resultados.

### 2.1. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE PESQUISADO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois procura descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2008).

A presente pesquisa tem a intenção de descrever quais são as práticas inclusivas utilizadas na disciplina de educação física, aplicadas aos alunos com Síndrome de Down que estão devidamente inscritos e são frequentadores da escola da cidade de Goioerê-PR. Da mesma maneira, entender como as aulas de educação física inclusiva podem promover a qualidade de vida para esses alunos.

## 2.2 LEVANTAMENTO DOS REQUISITOS DO SISTEMA

A princípio, buscou-se a informação sobre quantos eram os professores que ministravam aulas de Educação Física aos alunos com Síndrome de Down na escola de Goioerê, e quantos alunos Downs frequentam a Associação. Prontamente eles foram informados a respeito da pesquisa, e informados que o questionário seria enviado por e-mail para que eles pudessem responder as oito questões. Ademais, a pesquisa consistiu em observar as práticas inclusivas exitosas e descrevê-las, haja vista que partimos da premissa que devemos compartilhar práticas capazes de promover o desenvolvimento dos estudantes.

## 2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Foi utilizado um questionário aos professores, aplicado após preenchimento adequado e assinatura na autorização.

Do questionário, fizeram parte as seguintes questões:

1- Formação acadêmica? Especialização (outras, além de Educação Especial).

2 - Tempo de atuação na Educação Especial?

3 - Você já realizou curso(s) na área de síndrome de Down?

Quais outros cursos você realizou no ano vigente sobre Ed. Especial?

( ) Autismo

( ) Altas Habilidades

4 – Quais atividades você tem trabalhado com os alunos com síndrome de Down e tem obtido bons resultados (psicomotricidade?)

5 - Quais recursos pedagógicos você utiliza com os alunos?

6 - Como tem sido a participação dos alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação física?

7 - Quais dificuldades você tem enfrentado?

8 - Há integração entre família e escola em sua opinião?

## 2.4 RESULTADOS ESPERADOS

Por meio da presente pesquisa, há que se perceber qual a contribuição das aulas de educação física para alunos com Síndrome de Down. Compreender como as formas de inclusão podem influenciar na melhora da qualidade de vida dos alunos, também pretende-se descobrir quais as dificuldades encontradas pelo professores durante as aulas e quais são as técnicas e métodos usados por eles, os momentos de formação, planejamento, as relações estabelecidas nesse cotidiano, os apoios que necessitam para dar conta de todos os alunos, as parcerias necessárias, bem como as políticas públicas favorecedoras da garantia de acesso, permanência e ensino com qualidade a todos os alunos.

### 3 A SÍNDROME DE DOWN: HISTÓRICO, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS INCLUSIVAS

A Educação Especial em nosso país teve como ícone a psicóloga e pedagoga Helena Antipoff, que fixou moradia no Brasil a partir do ano 1929, a convite do governo do estado de Minas Gerais. Grande pesquisadora e educadora da criança com deficiência, Helena Antipoff foi pioneira na introdução da educação especial no Brasil no ano de 1930, onde fundou a primeira Sociedade Pestalozzi. Desde então, outras iniciativas começaram a despontar também na sociedade civil, associações, sociedades e institutos, surgiram com o intuito de atender às necessidades, essencialmente de escolaridade, das pessoas com deficiência.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é consequência de um movimento pioneiro no Brasil, para prestar assistência médica-terapêutica as pessoas com deficiência múltipla e intelectual. Esse movimento surgiu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954. Onde dois diplomatas Americanos, Beatrice e George Bemis, que ao chegar ao Brasil, naquele ano, não encontraram nenhuma entidade de acolhimento para um filho com a Síndrome de Down, diante da situação, motivaram-se a lutar por um organismo que amparasse às pessoas com deficiência. Diante disso, uniram-se aos diplomatas, pais, amigos e médicos das pessoas com deficiência e, com eles, nasceu à primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – em março de 1955, em uma reunião na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil, para escolha do seu Conselho Deliberativo. E ainda no ano de 1955, contando com o apoio e o espaço cedido pela Sociedade Pestalozzi, deu início aos seus trabalhos pedagógicos, formou duas turmas com 20 crianças com deficiência (VÉRAS, 2000).

Todavia, naquela época o contexto sociopolítico e cultural qualificava as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, como diferentes dos demais, causando dificuldades no acesso a aprendizagem. Dado que, as instituições de ensino público e privado restringiam essas pessoas dos processos de ensino e aprendizagem que era oferecido à população escolar. Mas, entre os anos de 1954 e 1962, surgiram outras dezesseis escolas espalhadas por diversas capitais do país. Nessa mesma época, doze delas, encontrou-se em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes das escolas, pela primeira vez no Brasil, discutia-se sobre a pessoa com deficiência, com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas



experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, como técnicos da área (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011).

Com o crescimento do movimento, foi vista a necessidade da criação de um organismo nacional para articular suas idéias. Então, no dia 10 de novembro de 1962, foi fundada a Federação Nacional das APAEs – FENAPAE. Que se refere a uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada, que congrega as federações estaduais, as unidades apaeanas e entidades análogas a ela filiadas. Em 1964, ganhou sede própria do Governo Federal, no Rio de Janeiro e, atualmente, suas instalações estão localizadas no Distrito Federal, em Brasília.

De acordo com a Fenapaes (2000) sua Política de Atenção Integral e Integrada, para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, está relacionada a valores éticos e humanos. Sobressaem as ações dos serviços sociais, saúde, educação, educação física, arte-educação e educação profissional. Destaca-se que as famílias das pessoas com deficiência também estão envolvidas nas ações recebendo orientações e apoio dos profissionais das APAEs, na condução da educação e vida de seus dependentes, assistidos pela instituição.

As pessoas com deficiência precisam de uma atenção individualizada mais do que seus outros colegas da sua faixa etária, porquanto, representam um grupo vítima da discriminação e da exclusão. E essa é uma diferença a ser analisada em todos os aspectos que se apresentam na realidade da sala de aula (MARTINS, 2008).

### 3.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

No início do século XX, o aparecimento de escolas especiais contribuiu para a exclusão, colocando as pessoas consideradas diferentes separadas do convívio em sociedades. Apenas no final da década de 60 que apareceram movimentos para introduzir pessoas com deficiências na educação, lazer e esporte, com o intuito de abolir a idéia segmentação (SAAD, 2003).

Dentro do contexto histórico, as escolas especiais apesar de terem sido um lugar de segregação, tiveram muita importância dentro do contexto, pois antes disso não havia lugar para as crianças com necessidades especiais. Desse modo, com o

surgimento da escola especial, as crianças com necessidades educacionais especiais começaram a ter direito há lugar no ambiente escolar, mesmo que, sendo segregado das demais, surgiu então a possibilidade dessas crianças saírem de suas casas e a partir daí começar a aumentar a convivência social (BEYER, 2005).

Foi então na década de 80 que iniciou o movimento de inclusão, conduzido por intelectuais, organizados por pessoas com deficiência ou adeptos da causa, pois o intuito da integração apresentava-se insuficiente, e a discriminação ainda era aparente (SAAD, 2003). Foi apenas a partir de 1994, que o movimento da educação inclusiva desabrocha no cenário mundial, em torno da Conferência Mundial da UNESCO tratando sobre Necessidade Educacional Especiais, momento que foi discutido a educação como direitos humanos. Sendo assim, houve a necessidade de rever e redimensionar a escola e a educação como um todo para que todas as pessoas com algum tipo de deficiência pudessem ser integrantes das escolas (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Hoje, muitas pessoas com Síndrome de Down são alfabetizadas e estão incluídas no mercado de trabalho. No entanto, essas conquistas não estão acessíveis a todos, elas dependem, primordialmente de condições familiares favoráveis, do tratamento no princípio e também das oportunidades ofertadas pela comunidade e sociedade onde vivem. (SCHWARTZMAN, 2006).

Infelizmente a sociedade atual, ainda, tem dificuldade em aceitar e conviver com a “diferença” entre as pessoas e podemos chamar de “péssimo hábito” a forma que discriminam os indivíduos que não demonstram um padrão de conduta pré-determinado. Há algumas medidas que podem ser tomadas com a finalidade de favorecer o processo de inclusão social da pessoa com SD, procurar informações para que haja esclarecimento do que é Síndrome de Down, não criar um clima apreensivo quando tiver contato com uma pessoa com SD e não tratar a pessoa como um doente, mas sim escutá-la e respeitá-la. (FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN, 2010).

Não há cura para a Síndrome de Down, porém nas últimas décadas estudos elaborados têm apresentado um significativo crescimento na longevidade e também na qualidade de vida das pessoas que possuem essa deficiência. Na década de 20, a estimativa de vida de uma pessoa com SD era em média de 9 a 10 anos de vida, nos dias atuais é estimada entre 55 a 60 anos de vida. No quesito inteligência, as estimativas também tiveram evolução, em média 20 pontos percentuais no QI

(quociente de inteligência), essa melhora gradativa teve mudanças relacionadas ao avanço dos diagnósticos e tratamentos (SCHWARTZMAN, 2006).

Os indivíduos com SD sofrem preconceito nas escolas e na sociedade numa era onde a sociedade está avançada e as informações globalizadas, porém se faz necessário o entendimento da doença e interesse por parte dos pais, professores e sociedade no desenvolvimento dessa criança, para que ela cresça num ambiente sadio e que enfrente os desafios com confiança, e possa desenvolver seu potencial.

### 3.2 A ATUAÇÃO DA ESCOLA E DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A inclusão tem crescido a cada ano, na escola inclusiva os alunos aprendem a conviver com as diferenças e se tornam pessoas solidárias. Porém, para que se torne realidade a participação do professor é essencial (CAVALCANTE, 2005). Para que a inclusão ocorra são necessárias ações que permitam uma inclusão gradativa e contínua de pessoas com deficiência aos sistemas de ensino. Todavia esse processo gera desafios e exige o desenvolvimento de novas habilidades e competências de todos os profissionais envolvidas (KRUG, 2002).

As crianças com Síndrome de Down, também devem ser beneficiadas com as aulas ministradas nas escolas, assim como as demais crianças, numa perspectiva inclusiva, propiciando oportunidade a todas de conviver com as diferenças. De acordo com Holden e Stewart (2002) as escolas devem realizar adaptações curriculares e oferecer um currículo apropriado para todos os alunos e não somente para os alunos com síndrome de Down. Dessa forma, tais adaptações, devem ocorrer conforme as possibilidades de aprendizagem de cada aluno e podem garantir os respeito às diferenças.

A instituição escolar necessita redefinir sua base de estrutura organizacional destituindo-se de burocracias, reorganizando grades curriculares, proporcionando maior ênfase à formação humana dos professores e estreitando a relação família– escola. Porém, mesmo estando garantida na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, em 1996, infelizmente a filosofia da inclusão não se concretizou de forma que se esperava. É necessário antes de qualquer ponto, que o professor se adapte a este novo processo, sendo importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos

existentes, para que seja possível a preparação de um trabalho educativo de qualidade (MAZZILO, 2003).

Assim, nascem os defensores da escola especial, das classes especiais, que discutem a educação inclusiva. Para eles, as escolas regulares não estão aptas para incluir esses sujeitos. Não negamos essa afirmação, porém, como qualquer processo, o movimento inclusivo deve ser colocado em prática, mesmo com suas carências e dificuldades (MAIA, 2005).

Segundo Mazzilo (2003) a afirmação dos defensores da escola especial diz respeito à formação dos professores. Protestando que os educadores das escolas regulares não estão preparados para a diversidade a ser encontrada nas diferentes áreas de necessidades especiais.

O autor ainda, comenta que a inclusão escolar não se limita apenas aos alunos com necessidades especiais, mas é fator que envolve também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa formar uma sociedade mais justa e mais humana (MAZZILO, 2003).

É importante ressaltar que inclusão engloba o desenvolvimento e participação das escolas, tanto dos funcionários quanto dos alunos, também entre a comunidade e escola, todos têm direito à educação no local onde estão inseridos, a inclusão de pessoas especiais devem ser visto de um modo importante, oferecendo possibilidades de aprendizagem para todos, a convivência social e escolar traz aprendizados não só para pessoas especiais, mas para todos que possuem o privilégio de conviver com elas, pois a partir de diferenças podem se completarem e trocarem ricos conhecimentos, a partir daí a cultura inclusiva será desenvolvido.

De acordo com Mantoan (2003) se almejamos reformar a instituição escolar, primeiramente temos que reformar as mentes, entretanto, não conseguiremos reformar mentes sem que se realize uma prévia reforma de instituições. A luta pela escola inclusiva trata-se de posicionamento social e exige mudança de hábitos e atitudes, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças.

### 3.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA/ESPECIAL

De acordo com Gorgatti e Costa (2005) a origem da participação de pessoas com deficiência na prática de atividades físicas, historicamente, aconteceu em programas denominados de ginástica médica, na China, cerca de três mil anos a.c. Porém, foi à primeira Guerra Mundial que exerceu fator fundamental no uso de exercícios terapêuticos e atividades recreativas que auxiliavam na restauração das funções musculares (ADAMS, 1985).

Segundo Mazzotta (2003) no final do século XIX até a década de 1930, os programas de atividade física passaram de treinamento físico com orientação médica para Educação Física (EF) voltada ao esporte. Então, logo após a Segunda Guerra Mundial, aumentou o uso de exercícios terapêuticos em hospitais e os centros de reabilitação foram criados. Foi nessa época que os Jogos e esportes adaptados para amputados, paraplégicos e outros com deficiências maiores tornaram-se conhecidos (ADAMS, 1985).

Dessa maneira, as atividades físicas para deficientes iniciaram com o intuito de reabilitar jovens lesionados nas batalhas. A partir de então, à prática da atividade física se difundiu pelo mundo todo, nas escolas públicas a educação física se tornou obrigatória, crescendo drasticamente (MAZZOTTA, 2003).Então, com o passar dos tempos, a educação física passou por algumas mudanças e evoluções, no sentido de melhorar a prática pedagógica para suprir as necessidades de pessoas com deficiências. Desta forma, passou a ser denominada Educação Física Adaptada e/ou Educação Física Especial (WINNICK, 2004, p. 04).

A Educação Física Adaptada e/ou Educação Física Especial é uma modalidade que visa proporcionar o desenvolvimento global do indivíduo com deficiência, assegurando o pleno direito de cidadão e sua integração social. Esta educação é prevista na constituição Federal que garante o egresso deste deficiente na rede regular de ensino (SILVA, 2004).

Entretanto, Mendes (2006) comenta “a política educacional Brasileira, desde o final da década de cinquenta deste século, até os dias atuais, tem sido vista como uma parte indesejável”, sendo, muitas vezes, imputada como assistência aos deficientes e não como educação de alunos que apresentam deficiência.

### 3.4 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SINDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

De acordo com Sherril (1986) supõe-se que a Síndrome de Down possa ser uma deficiência do Sistema Nervoso Central, que carece ser tratada e não punida. Geralmente os indivíduos com essa síndrome são alegres, educados, resistem á mudanças e podem apresentar momentos de teimosia.

Ainda o autor comenta que as crianças com SD manifestam algumas desvantagens no funcionamento perceptivo-motor quando realizam atividades de exatidão como saltos e pulos, para eles a execução dos movimentos básicos são mais complexos.

Por essa razão é importante que as crianças com SD desenvolvam algumas habilidades durante as aulas de educação física, a resistência muscular, a força e a resistência cardiovascular, que conseqüentemente promoverá o fortalecimento das articulações. Assim sendo, as dificuldades de adaptação social devem ser trabalhadas nos objetivos sociais e emocionais, melhorando a expressão, auto-imagem e comunicação (ZUCHETTO, 1999).

Desta forma, a educação física escolar é fundamental para estimular o desenvolvimento das crianças em seus diferentes aspectos, isto é, cognitivo, afetivo-social e motor. As brincadeiras, os jogos e os esportes são estratégias excelentes para o desenvolvimento de qualquer pessoa, inclusive a que possui síndrome de Down. É possível trabalhar a ansiedade, rever os limites, reduzir a falta de confiança na realização das tarefas diárias, entre outros objetivos, um dos que mais se destacam é a construção da autonomia (LOPES, 2002).

O professor de educação física tem o dever de proporcionar ao seu aluno práticas que possibilitem seu desenvolvimento, inserir a criança em meio à cultura corporal do movimento, para que ela aprenda a desenvolver suas habilidades, percebendo o meio ambiente e as adaptações que o mundo oferece. Desta forma, é necessário que se pense na educação de uma forma que contemple cada criança, de acordo com suas aptidões. Pois de fato, todos os alunos são diferentes e não somente aqueles que apresentam algum tipo de deficiência (BEYER, 2005).

Um fator importante no processo de inclusão é a preparação do professor de Educação Física desde sua formação nos cursos de Educação Superior, até suas especializações e cursos complementares. É essencial que a visão da proposta

curricular dominante através da historicidade na Educação Física, da cultura desportiva e competitiva seja desfeita, pois ela pode criar barreiras para indivíduos que não possuem um bom desempenho. A prática desportiva utilizada sem a finalidade de inclusão se torna uma atividade que desfavorece a cooperação e não valoriza a diversidade, causando sentimentos de frustração e insatisfação por não se sentirem capazes (AGUIAR E DUARTE, 2005).

O professor de educação física deve buscar ter o conhecimento integral do aluno com deficiência, tais como, as informações básicas que dizem respeito à história de vida do aluno, o reconhecimento de sua autonomia para locomoções e a ocorrência de crises convulsivas, entre inúmeros outros exemplos. Para que dessa maneira, possa envolver o aluno nas aulas, fazendo uso das metodologias adequadas (PADILHA E FREITAS, 2002).

#### 4 ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE OS DADOS

As questões respondidas por meio da aplicação de um questionário, aplicado a três professores de Educação Física que atuam em Educação Especial (Síndrome de Down), conduzem aos seguintes dados e análises:

TABELA 1: Formação acadêmica dos professores pesquisados

| <b>Formação</b>          | <b>Quantos Professores</b> |
|--------------------------|----------------------------|
| Graduação / Licenciatura | 03                         |
| Especialização           | 03                         |
| Mestrado                 | 00                         |
| Doutorado                | 00                         |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

Analisando a tabela acima podemos perceber que um desses professores possui Especialização em Educação Especial e dois possuem Especialização em Artes. Desta forma, podemos perceber a importância de algumas mudanças na educação no Brasil, bem como na Educação Física, sendo assim necessário que se garanta um processo de formação adequado aos professores, com intuito de assegurar seu desenvolvimento profissional e lhe proporcionar condições de assumir com autonomia e competência o comando de seu trabalho. A formação inicial é um fator indispensável para o futuro docente, pois irá oferecer subsídios científicos e tecnológicos inerentes ao seu campo de atuação, já que a sua prática dependerá de seu princípio formativo e de suas atitudes frente às adversidades encontradas em seu local de trabalho.

Segundo Carreiro da Costa (1994), para alguns autores existem vários significados para a formação inicial do professor, de maneira que a questão pode ser analisada sob diferentes perspectivas. De modo geral, é considerada a fase inicial da formação profissional do professor, também designada formação pré-serviço, que inicia um longo e contínuo percurso formativo do professor.

A formação inicial do educador é a trajetória que ele percorre desde o momento em que inicia a escolarização até a sua conclusão no ensino superior, quando o professor terá obtido a qualificação profissional mínima e a certificação, tornando-se legalmente habilitado para o exercício da profissão (NEIRA, 2003).



Desta maneira, fica claro que a formação do professor é um processo articulatório entre o início e a continuação de sua aprendizagem que é uma constância da necessidade de sua função enquanto educador e transformador da sociedade. Ainda, Brasil (1997; p.172) nos alerta sobre a importância do processo de formação inicial e destaca a relevância da formação continuada, pois, o conhecimento não é algo imobilizado, ele está em crescente mudança, já que a atuação do profissional de educação física, como o de outras áreas, é passível de mudanças quando influenciadas por avanços na investigação científicas e por transformações em sua maneira de pensar e de agir em diferentes fases da vida.

No que tange á educação física, esta aproximação está evidenciada nas variáveis que ocorreram nos últimos anos, devido a vários estudos sobre o movimento humano. Em reflexão a tais estudos foram apontadas mudanças no que diz respeito

à forma como era vista a educação física, sob um enfoque apenas biológico e esportivo, sem embasamentos teóricos. Ainda, que com novas descobertas científicas - pedagógicas no campo da educação física, a concepção dominante nos cursos de formação em educação física, sobretudo nas instituições particulares, segue hoje o que se denomina de modelo tradicional (BRASIL, 1997, p.169).

Agora, tratando superficialmente da Educação Especial, devemos ter ciência que é de responsabilidade da instituição e principalmente do professor dar continuidade a sua formação e garantir o seu desenvolvimento profissional. A inclusão tem sido motivo de freqüentes discussões no âmbito escolar, mas a tarefa de incluir os alunos com algum tipo de deficiência física em nossas aulas, não basta por si só, e necessário fazer a integração e socialização (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva. O fato é que, de maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão. Diante disso, percebe-se que o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida. Além disso, podemos afirmar que existe um grande descrédito sobre a capacidade do aluno especial se desenvolver e agir de forma autônoma (GOFFMAN, 1988; GLAT, 1998). Em outras palavras, muitas vezes a falta de preparo e informação impede o professor de desenvolver uma prática

pedagógica sensível às necessidades do aluno especial incluído. Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino para que os professores possam desenvolver de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade.

TABELA 2: Tempo de atuação em Educação Especial

| <b>Tempo de atuação</b> | <b>Quantos Professores</b> |
|-------------------------|----------------------------|
| Menos de 1 ano          | -                          |
| 1 a 3 anos              | -                          |
| 4 a 6 anos              | 01                         |
| 7 a 10 anos             | 01                         |
| Mais de 10 anos         | 01                         |
| Sem resposta            | -                          |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

Com relação à tabela dos professores que responderam o questionário, um deles apresenta 21 anos de experiência, outro apresenta 8 anos de atuação na Educação Especial e o último atua há 5 anos na área. De acordo com Alves (2005) a procura por profissionais com conhecimentos significativos sobre a população deficiente para atuarem na área da Educação Física inclusiva está cada vez maior. No início da década de 1980, foi instituído o ano Internacional da Pessoa Deficiente, que veio motivar uma sociedade que pedia por transformações significativas nessa área. Ainda segundo o autor todos os professores deveriam ter conhecimento da educação de alunos deficientes, pois, ele é a principal figura na sociedade inclusiva.

Portanto, existem vários fatores pelos quais a Educação Física tem possibilidades de ser um fator essencial para a construção da educação inclusiva, pois, os professores são vistos como profissionais que desenvolvem mais atitudes positivas perante os alunos do que os demais professores em geral, possivelmente devido aos aspectos fortemente expressivos no âmbito cognitivo, motor e afetivo da disciplina, também são professores vistos como profissionais que oferecem atitudes mais favoráveis à inclusão e, conseqüentemente, levantam menos problemas e

possuem maior facilidade de encontrar soluções para casos difíceis, por isso esta imagem sempre positiva e dinâmica dos professores de Educação Física é um elemento importante, sendo assim são frequentemente solicitados a participar em projetos de inovação e principalmente de inclusão nas escolas (RODRIGUES, 2003).

TABELA 3: Realização de Cursos em Síndrome de Down

| <b>Sim</b> | <b>Não</b> |
|------------|------------|
| 01         | 02         |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

Perguntados sobre a realização de Cursos na área da Educação Especial, Síndrome de Down, 01 dos professores respondeu que sim, que realizou curso nessa área e 02 responderam que não. Nos dias atuais, podemos notar que ainda há uma extrema necessidade de preparação dos profissionais de educação, que lhes proporcione um desenvolvimento contínuo pedagógico e educacional que resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos. Um preparo que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas condições para ensiná-los em um ambiente inclusivo, do mesmo modo que vejam a necessidade de refletir constantemente sobre a sua prática, com o intuito de alterá-la quando necessário (RAMOS, 2005).

Conforme Soler (2002) o objetivo primordial que a Educação Física deve tentar alcançar no trabalho com indivíduos com necessidades especiais é a sua reintegração na sociedade, com liberdade, criatividade e alegria. E também buscar por outros objetivos complementares, como melhora da condição psicomotora, melhora do desenvolvimento sociocultural, entre outros. Na concepção de Manzini (2007, p.80-

81) há uma grande oferta de cursos à distância, existem varias formações que podem resultar de cursos em congressos, existem diversas especializações disponíveis e de fácil acesso. Também pode ser realizada a troca de experiência entre profissionais que já tem incluídos esses alunos em sala de aula, promovendo práticas que deram certo, levando o professor a pensar sobre procedimentos não executados. Podemos notar diversas maneiras de se qualificar para um atendimento adequado aos alunos com deficiência, inclusive a síndrome de Down.

De acordo com Santana (2009, p.83) a síndrome de Down, como qualquer outra deficiência deve ser abordada na formação de professores, como parte integrante da disciplina de educação especial, objetivando capacitar o acadêmico no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. É necessário que cresça o número de educadores preocupados com a importância da inclusão. A educação inclusiva, especialmente de pessoas com síndrome de Down, deve ser enfatizada em virtude de existir um grande vácuo em relação a informações concretas sobre essa síndrome perante os educadores. E que assim todos os seres humanos saibam respeitar e conviver com as diferenças

TABELA 4: Realização de outros cursos em Educação Especial

| <b>Curso</b>          | <b>Quantos professores</b> |
|-----------------------|----------------------------|
| Autismo               | 03                         |
| Altas Habilidades     | 02                         |
| Outros cursos na área | -                          |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

Sobre a realização de outros cursos na área de Educação Especial, os 03 professores que responderam o questionário disseram que fizeram Curso na área de Autismo e 02 deles também fizeram Curso de Altas Habilidades. A profissão de Professor requer que seus sujeitos possuam um comprometimento de flexibilidade, inovação e ética, frente às transformações que ocorrem no espaço educativo. O professor não precisa ser superdotado ou perito em todas as áreas do currículo. Apenas é necessário que tenha alta competência na área em que ensina para que possa conduzir as investigações e seja flexível e aberto a novas experiências.

De acordo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, crianças com altas habilidades/superdotação são crianças superdotadas e talentosas, que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para as artes e capacidade psicomotora (BRASIL, 2001). Portanto, para responder às necessidades pedagógicas do aluno com habilidade superior não é necessário que o professor seja uma pessoa excepcionalmente capaz,

mas é obvio que ele deve demonstrar interesse por esse tipo de trabalho, esclarecer sua própria posição e valores em relação à área, e, sobretudo aprender, estudar, adquirir o conhecimento para melhor exercer sua tarefa (FREEMAN; GUENTHER, 1991, p. 147).

Com relação ao Autismo Infantil Kanner (1943) o define como uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal.

Sendo assim, é necessário que os professores possuam a formação específica para que estejam totalmente preparados para trabalhar com esse público, pois, pode ser que ocorra alguma confusão entre o autismo e a superdotação, porque, tanto as crianças com autismo/síndrome de Asperger, quanto às crianças superdotadas podem demonstrar interesse bem precoce por letras e números, sendo que as crianças com síndrome de Asperger podem muitas vezes aprender a ler sozinhas com 2 ou 3 anos sem instrução formal (NEIHART, 2000). Os Educadores devem ficar atentos principalmente com as crianças com síndrome de Down, pois, nos últimos anos, aumentou o diagnóstico de crianças com síndrome de Down e autismo, porquanto, pode ser difícil diagnosticar o autismo em crianças que já têm uma deficiência intelectual, por se tratar de doenças complexas separadamente.

TABELA 5: Atividades realizadas com alunos com Síndrome de Down x resultados na psicomotricidade

| Atividade   | Quantos professores | Resultados |              |                |
|---|---------------------|------------|--------------|----------------|
|   |                     | Excelente  | Satisfatório | Insatisfatório |
| Psicomotricidade  | 03                  | 03         | -            | -              |
| Equilíbrio  | 01                  | -          | 01           | -              |
| Ritmo   | 01                  | -          | 01           | -              |
| Noção de espaço e tempo   | 01                  | 01         | -            | -              |
| Direção   | 01                  | -          | 01           | -              |
| Deslocamento  | 01                  | -          | 01           | -              |
| Expressão Corporal  | 02                  | 02         | -            | -              |
| Recreação   | 03                  | 03         | -            | -              |
| Danças  | 02                  | 02         | -            | -              |
| Modalidades esportivas  | 03                  | 02         | 01           | -              |
| Habilidades cognitivas  | 03                  | 02         | 01           | -              |
| Jogos intelectivos (dominó, quebra-cabeça, Uno e jogo da memória) | 02                  | 02         | -            | -              |
| Ginástica com materiais   | 03                  | 02         | 01           | -              |
| Jogos motores   | 03                  | 02         | 01           | -              |
| Jogos tradicionais  | 03                  | 03         | -            | -              |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

Os professores que responderam o questionário utilizam diferentes atividades nas aulas de Educação Física com os alunos com Síndrome de Down e avaliam o sucesso na aplicação dela de formas diferentes, situando a prática da maioria das atividades como excelente e uma parte como satisfatória, conforme se pode observar na Tabela cinco. É importante apontar aqui que dois dos professores pontuaram que essas atividades físicas são praticadas sempre observando as condições físicas e clínicas dos alunos, já que alguns deles sofrem de problemas cardíacos.

Geralmente indivíduos com Síndrome de Down podem encontrar dificuldades em realizar atividades que exigem mais controle, lateralidade e equilíbrio, assim como relacionar a noção de tempo e espaço como numa rebatida de bola, por exemplo, sua memória de curto prazo pode ser mais bem armazenada se associada com imagens

e sons além do fato a ser lembrado. Ainda, eles podem encontrar dificuldades na realização de certos movimentos com a mesma agilidade e destreza motora quanto aos outros indivíduos e isso pode gerar baixa motivação para prática de atividades físicas, o que resulta numa elevada taxa de sedentarismo, principalmente em sua fase adulta (GIMENEZ, 2007).

Desta maneira, o papel do professor de educação física é muito importante para o avanço dos alunos com síndrome de down, pois, através das atividades lúdicas aplicadas por eles, por meio dos jogos psicomotores e brincadeiras, podem servir como auxílio no seu desenvolvimento motor, psicológico e afetivo. De acordo com Costa (2009, p.2) as atividades psicomotoras são fundamentais para colaborar na evolução do processo de aprendizagem das crianças com síndrome de down, trazendo melhoras nos quesitos postura, lateralidade e ritmo.

Ainda Lima et al (1996), colabora dizendo que a Educação Física Especial para crianças com Síndrome de Down sugere uma relação direta entre atividades motoras e sociais, proporcionando novas vivências em ambientes diferentes, utilizando jogos e brincadeiras como mediadores para o entendimento das regras sociais e culturais, permitindo experienciar o que é ou não aceito no convívio social.

TABELA 6: Recursos utilizados em sala de aula com os alunos

| <b>Recurso</b>  | <b>Quantos professores</b> |
|---|----------------------------|
| Explanação verbal   | 02                         |
| Recursos visuais  | 02                         |
| Intervenção / Reforço para desenvolvimento das atividades propostas | 02                         |
| Bolas, cones, cordas, aparelho de som                               | 02                         |
| Pranchas de equilíbrio  | 02                         |
| Brincadeiras de vendas  | 02                         |
| Jogos de tabuleiro  | 02                         |
| Jogos de encaixe  | 02                         |
| Apito   | 01                         |
| Todos os recursos disponíveis na escola                             | 01                         |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

Todos os professores que responderam o questionário se preocupam em utilizar recursos para tornar as aulas de Educação Física mais atraentes e interessantes, conforme se pode observar na Tabela 6. É papel do professor de Educação Física trabalhar de uma forma colaborativa devendo formular estratégias pedagógicas de uma maneira que atenda as necessidades de cada aluno, fazer o possível para desenvolver aulas proveitosas, proporcionando o bom desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo e social dos alunos. O profissional deve sempre reunir conhecimentos que possam dar suporte para enfrentar as dificuldades que possam surgir pelo caminho.

Desta forma, é fundamental que antes de aplicar qualquer programa de Educação Física, seja feito uma preparação que motive o interesse e prepare o aluno para as atividades, naturalmente de acordo com o objetivo da aula. De acordo com Bagatini (1982, p.57) as atividades físicas adaptadas, devem priorizar os exercícios globais de coordenação motriz; conhecimento do próprio corpo; educação do esquema corporal e ajuste postural; exercícios de percepção temporal e estruturas rítmicas; estruturação espaço temporal; jogos e atividades livres. Mantoan (1989), alguns materiais pedagógicos que devem fazer parte das aulas de educação física para alunos com síndrome de Down: Jogos de encaixe, jogos lógicos; espelho, caixa contendo acessórios, marionetes; barbantes; jogos de montagens com peças pequenas e grandes; entre outros. Outro fator importante é que o professor precisa perceber que trabalhar com uma criança com síndrome de Down não requer apenas empenho na transmissão de conhecimentos, mas demarca uma relação de confiança, segurança, amor e respeito entre ambos.

TABELA 7: Avaliação da participação dos alunos com Síndrome de Down

| <b>Nível</b>   | <b>Quantos professores</b> |
|----------------|----------------------------|
| Excelente      | 01                         |
| Ótima          | 01                         |
| Muito Boa      | -                          |
| Boa            | 01                         |
| Satisfatória   | -                          |
| Insatisfatória | -                          |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020



A Tabela 7 traduz as respostas dos professores da seguinte forma: quem avalia como excelente a participação dos alunos, respondeu que a maioria de seus alunos participa e aprecia muito as aulas de Educação Física. Aponta que fazem as atividades de acordo com suas capacidades e observa como excelente a participação de forma geral. O professor que respondeu com a percepção de ótima a participação dos alunos, diz que essa participação é muito significativa, embora alguns apresentem bastante dificuldade. Muitos alunos somente fazem as atividades depois de muito estímulo. E o terceiro professor limitou-se a responder que a participação da maior parte dos alunos é boa.

De fato a atividade física traz inúmeros benefícios a saúde, causa uma melhora significativa no estado de humor e na qualidade de vida de seus praticantes. De acordo com Bissoto (2005) durante o processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down, três características importantes devem ser consideradas, sendo uma delas: a estratégia de afastamento quando confrontadas pela aprendizagem de novas habilidades; uma resistência para tomar iniciativa no momento do aprendizado e uma dependência de outros quando requisições cognitivas mais complexas são realizadas transformando-se em birras ou demonstração exageradas de afeto.

Segundo Araújo (1997) cada indivíduo tem o direito de escolher a prática desportiva como forma de minimizar as limitações ou dificuldades estabelecidas pela sua deficiência. Nesse sentido, Alves e Duarte (2012) em seu estudo, afirmam que a não participação nas aulas de educação física pode causar efeitos negativos ao estudante, como a percepção de não pertencimento ao grupo. Contudo, para que essa participação seja efetiva, o planejamento do professor deve ser elaborado a fim de facilitar a inserção do estudante na aula, independente de suas características individuais.

TABELA 8: Dificuldades dos professores em sala de aula com alunos com Síndrome de Down

| <b>Dificuldade / Forma de apoio</b>  | <b>Quantos professores</b> |
|--|----------------------------|
| Alguns não querem interagir ou realizar a prática.   | 02                         |
| Há apoio da escola e da família nas dificuldades   | 02                         |
| A parte psicológica dos alunos, os dias em que se encontram depressivos e tristes dificultam o trabalho. | 01                         |
| São poucas as dificuldades dos alunos com síndrome de Down, porque eles são cordiais e afetivos.         | 02                         |
| Educação Física trabalha com aspectos afetivos e sociais, o que facilita a participação deles nas aulas  | 03                         |
| Problemas clínicos   | 02                         |
| Obesidade  | 01                         |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

As dificuldades apresentadas pela Tabela 8 resumem boa parte dos problemas pontuais que os três professores encontram em sua prática cotidiana. A síndrome de Down é marcada por muitas alterações associadas, desta maneira, podemos apontar as principais alterações orgânicas que a acompanham: cardiopatias, prega palmar única, baixa estatura, comprimento reduzido do fêmur e úmero, bexiga, ventrículo megalia cerebral, hidronefrose e dismorfismo da face e ombros (SCHWARTZMAN, 1999).

Ainda, o autor descreve as pessoas com síndrome de Down com características morfofuncionais semelhantes, tais como: hipotonia, perfil facial mais achatado, menor tamanho do nariz e cavidades nasais mais estreitas, pálpebras estreitas, orelhas e boca pequenas, protusão da língua, dentes pequenos, pescoço curto com diâmetro maior, mãos e pés pequenos e grossos braços e pernas mais curtos, baixa estatura e uma tendência à obesidade (PUESCHEL, 1995; SCHWARTZMAN, 2003). Além do mais, Ornelas e Souza (2001), destacam algumas dificuldades com relação à coordenação geral e motricidade fina desses indivíduos causada pela hipotonia muscular, frouxidão ligamentar e instabilidade atlanto-axial.

Logo, as aulas de educação física para as pessoas com Síndrome de Down são essenciais, pois trazem benefícios que fortalecem e potencializam o

desenvolvimento físico, social e mental dos mesmos (SILVA, 1996). Apesar de sua complexidade, alcançar um bom desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down é possível, ou seja, são crianças capazes de aprender e cabe ao professor trabalhar suas limitações desenvolvendo nestas crianças as capacidades de praticarem atividades diárias, participar das atividades familiares, desenvolverem seu direito de cidadania.

TABELA 9: Integração entre escola e família de alunos com Síndrome de Down

| <b>Aspectos de Integração</b>  | <b>Quantos Professores</b> |
|--|----------------------------|
| Há integração significativa  | 01                         |
| Integração entre família e escola  | 02                         |
| Equipe multidisciplinar facilita a relação família e escola                          | 03                         |
| Alguns casos exigem intervenção mais intensa, devido a problemas advindos da família | 02                         |
| Há pouca integração  | 01                         |
| Se melhorasse a integração, os resultados nos alunos seriam melhores                 | 01                         |

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2020

A Tabela 9 apresenta a importância da integração da família e a escola e também apresenta um caso em que é demandada melhor integração para melhorar os resultados da aprendizagem desses alunos.

Observamos que a relação da família com a pessoa deficiente e a instituição escolar é um fator que requer um pouco mais de atenção, visto que, a inclusão quase sempre é dificultada, algumas vezes por falta de conhecimento dos pais, que não são capazes de identificar a capacidade da criança. Os sentimentos de frustração carregados pelas famílias traduzem a realidade vivida, e a não aceitação do problema atrapalha a socialização e a aprendizagem. Portanto, a escola desempenha um papel fundamental de instrução, rompendo barreiras e ressaltando as qualificações e benefícios que esses alunos virão a ter. É necessário que seja criado entre a família e o educador um laço de cumplicidade de forma que ambos possam trocar experiências, tendo em vista que o aluno é o reflexo de sua vivência em casa.

Segundo Luiz e Nascimento (2012) de todas as pessoas que poderiam estar cooperando para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, a família é a principal encarregada para o êxito desse processo. Segundo Facion (2008), durante o processo os pais passam por algumas fases: primeiramente acontece o impacto da notícia, em seguida sofrem por que não tiveram o filho ideal, seguidamente a revolta, os medos e as angustias, mas que por fim são superados pelo amor que sentem pela criança. Desta forma, o autor alerta para que os profissionais não venham julgar os pais, mas sim ajudá-los.

Uma das maneiras que pode facilitar a relação da família com a escola é a através da equipe multidisciplinar. Brasil (2009) fala sobre a importância do trabalho de diferentes profissionais, com diferentes pontos de vista sobre as diferentes áreas que estão envolvidos no processo de ensino, dialogarem uns com os outros buscando as melhores possibilidades em cada processo vivenciado na escola. Logo, tanto a escola, quanto as famílias, elas tem a obrigação de buscar mudanças que lhes permitam adequadamente ajudar a criança, evitando maiores dificuldades (YAEGASHI, 2007).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi iniciado com o interesse de descobrir quais são as práticas inclusivas aplicadas aos alunos com Síndrome de Down, matriculados em uma escola da cidade de Goioerê-PR, durante as aulas de educação física. Objetivando a oportunidade de ampliar os conhecimentos na área da educação física inclusiva e analisar como ela pode colaborar para qualidade de vida desses indivíduos. A pesquisa foi realizada através de um questionário com oito questões abertas, que foram respondidos por três professores de Educação Física, especialistas em Educação Especial que ministram aulas na escola.

Através deste estudo foi possível perceber o quanto estas escolas são fundamentais na formação e escolarização dos alunos com síndrome de down, pois estas entidades promovem a articulação de ações que garantem a defesa de direitos, orientação, prestação de serviços e apoio à família, vinculando a qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária, fazendo com que as pessoas com necessidades especiais se sintam valorizadas e acolhidas, o que contribui para a introdução de bons hábitos em suas rotinas diárias.

A pesquisa também procurou investigar a respeito da formação dos professores, e através da mesma, foi possível observar que o conceito de capacitação para todos os professores é unânime, e que se torna uma tarefa difícil e até mesmo improvável que se consiga atuar efetivamente com êxito em seus objetivos de aula, sem realizar cursos de extensão, especialização e de capacitações básicas direcionadas a compreensão das diferentes deficiências, seus principais sintomas, limitações e implicações do exercício físico durante as aulas e seus efeitos. Considerando os resultados apresentados, ressalta-se que a falta de capacitação profissional, no que se refere à abordagem do professor e a adaptação dos conteúdos de acordo com as especificidades dos estudantes, a falta de incentivo da família, que por vezes desconhece a importância das aulas de educação física no desenvolvimento dos estudantes com Síndrome de Down, e a falta de articulação entre os setores no ambiente escolar, são fatores que dificultam a participação efetiva dos alunos durante as aulas. Assim, percebemos o quanto é importante que o professor de educação física tenha uma formação sólida e abrangente. Para isso o mesmo deve buscar de forma constante atualizações de sua área e de seu ambiente

de trabalho, na tentativa de superar desafios e dinamizar o ensino, objetivando assim, uma educação física democrática e transformadora, pois a Educação Física Adaptada é cheia de possibilidades na qual o professor deve ser um bom mestre. Deve zelar por cada aluno ensinando com proficiência e não apenas jogar uma bola para eles brincarem, pois muitas das vezes eles não sabem nem o que fazer com ela. (STRAPASSON, 2006, p. 17).

A respeito das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores pesquisados, conclui-se que os três professores procuram trabalhar de forma dinâmica e com grande diversidade de atividades, dos exercícios por eles realizados podemos destacar o trabalho de psicomotricidade, os jogos intelectivos e tradicionais, as brincadeiras, as danças e as modalidades esportivas, etc. Deixando claro, que cada um trabalha de forma responsável e que garanta a segurança e o bem-estar dos alunos, pois, alguns dos alunos sofrem com outras patologias.

Apesar dos avanços da educação física em nosso país, ainda sentimos a necessidade de novas políticas públicas, de trabalhos desenvolvidos com a família, modificações nos ambientes educacionais, e a garantia dos direitos e suas diretrizes englobadas no sistema sócio educacional, que apesar de ser garantidos por Lei, até este momento apresentam sinais de decadência e exclusão no ensino em muitos lugares, afinal de contas é por meio da educação que mudaremos a visão da sociedade, transformando em um novo modelo de igualdade para todos independente de sua condição física ou social.

Nessa perspectiva, sugere-se que mais estudos nesse aspecto sejam realizados, com o intuito de avaliar a didática, a metodologia e o desempenho dos professores de educação física durante as aulas ministradas aos alunos com síndrome de down, da mesma forma, analisar participação destes alunos durante as aulas, de modo a possibilitar a criação de estratégias e ações para a participação efetiva desses estudantes, e conseqüentemente, o sucesso em seu processo de escolarização. Oferecendo subsídios para que o mesmo permaneça no ambiente educacional e se desenvolva de forma integral, como prevê os documentos norteadores da educação no país.

## REFERENCIAS

ADAMS, R; DANIEL, A; Mc CUBBIN, J. **Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico**. Trad. de Ângela Marx. 3. ed. São Paulo: Manole, 1985.

AGUIAR, J.S., DUARTE, E. **Educação Inclusiva: Um estudo na área da Educação Física**. *Revista Brasileira de educação Especial*. v.11, n.2, p. 223-240, maio - ago. 2005.

ALVES, Marcos Roberto Lipphaus. **Educação Física Adaptada: Onde Está Você?** WWW.ASDEF.COM.BR Associações Deficientes e Familiares. Presidente Prudente – SP 2005. Disponível em:< <http://www.asdef.com.br/geral/artigos-educacao.shtml>>. Acesso em 25 de junho 2020 as 08h 10min.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. **A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar**: Um estudo de caso. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 237-256, jul/set, 2012.

ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1997.

BAGATINI, Vilson Fermino. **Educação física para o excepcional**. Brasília: SEED/MEC, 1982.

BEYER, H. O. **Inclusão a avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BISSOTO, M.L. **Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down**: revendo concepções e perspectivas educacionais. *Ciências e cognição*, vol. 4, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado)>. Acesso em 27 de junho de 2020 as 15h 10min.

BRASIL, SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília/DF, 2001.

Carreiro da Costa, F. **Formação de professores: objectivos, conteúdos e estratégias**. *Colóquio Educação e Sociedade*, v. 6, p. 101-133. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 020/2009. **Trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Câmara da Educação Básica, 2009.

CARVALHO, E. N. S de; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas.** Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011.

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é todas as crianças.** Nova Escola, Vol.20 Nº 182, 2005.

COSTA, Jane. **Psicomotricidade: uma abordagem construtiva para o processo de aprendizagem escolar de crianças com Síndrome de Down.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 04 de julho de 2020 as 16h 35min.

FACION, José Raimundo (org) **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba: IBPEX, 2008.

FENAPAES. **Projeto Águia.** Brasília: FENAPAE, 2000.

FUNDAÇÃO síndrome de down. **O que é Síndrome de Down,** 2010. Disponível em: <<http://www.fsdn.org.br/sobre-a-sindrome-de-down/o-que-e-sindrome-de-down>>. Acesso em 02 de abril de 2020 as 09h 20 min.

FREEMAN, J; GUENTHER, Z.C. **Educando os mais capazes; ideias e ações comprovadas.** São Paulo: EPU, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gimenez, Roberto. **Atividade motora para indivíduos portadores da síndrome de Down.** In: Revista Digital - Buenos Aires - Año 12 - Nº 113 - Outubro de 2007. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/> >. Acesso em: 10 de julho de 2020as 09 h 15min.

GOFFMAN, E. Estigma – notas **sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada.** Barueri - Sp: Manole, 2005.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** Sete Letras (Coleção Questões atuais em Educação Especial), Rio de Janeiro, v. I, 2.ed, 1998.

HOLDEN, B.; STEWART, P. **The inclusion of students with Down syndrome in New Zealand schools.** Down Syndrome News and Update., v.2, n.1, p.24-28, 2002.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W; STAINBECK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo.** In. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Org.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact.** The Nervous Child, New York, v.2, p.217- 250, 1943.



KRUG, H.N.A. **A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na educação física escolar.** Caderno de educação especial, 2002.

LIMA, S.R.C. et al. **Educação física adaptada: uma proposta para trabalho para pessoas com deficiência mental.** 3º Congresso Latino Americano: esporte, educação, saúde, movimento humano, Paraná, 1996.

LOPES, R.P. V; MANQUEZANS. **O envolvimento da família no processo de integração/ inclusão do aluno com necessidades especiais.** Cadernos de Educação Especial, 2002.

LUIZ, F. M. R.; NASCIMENTO, L. C. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down: experiências contadas pelas famílias.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.18, n.1, p.127-140, 2012.

MAIA, Christiane M. **Quem olha quem? Câmeras online na escola de educação infantil.** Porto Alegre. 2005. Projeto de Tese de Doutorado PPGEDU/ UFRGS.

MANTOAN. M.T.E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1989.

MANTOAN, M.T.E. (2003). **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas: equipamento e material pedagógico para educação – recursos adaptados II.** Brasília, DF: ABPEE/MEC/SEESP, 2007.

MARTINS, L. de A. R. **Política pública e formação docente para atuação com a diversidade.** In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, J; PIRES, G. N. da L.(Orgs.) **Políticas e práticas educacionais inclusivas.** Natal, RN: EDUFERN, 2008.

MAZZILLO, Ida Beatriz Costa Velho. **Barreiras invisíveis presentes na educação inclusiva: um estudo sobre as representações dos professores relativos a alunos portadores de paralisia.** 2003. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis do Rio de Janeiro, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E.G. **A Educação Inclusiva e a Universidade Brasileira, 2006.** Disponível em:<<http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Debate01.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2020 as 14h 25min.

MENEGHETTI, C. H. Z. et al. **Avaliação do equilíbrio estático de crianças e adolescentes com Síndrome de Down.** Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 230-235, maio./jun. 2009.

NADER, S. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação às pessoas com Síndrome de Down.** Rev. Bras. Ed. Esp. 2003, v.9, p 57-78.

NEIHART, M.; BILLINGS, M. **GiftedchildrenwithAsperger'sSyndrome.** GiftedChildQuarterly, 44, 2000.

Neira, M. G. **Educação Física desenvolvendo competências.** São Paulo: Phorte, 2003.

ORNELAS, M. A.; SOUZA, C. **A contribuição do profissional de educação física na estimulação essencial em crianças com síndrome de down.** Revista da Educação Física/UEM. Maringá, v. 12, n. 1, p. 77-88, 1. sem. 2001.

PADILHA, S. M.A; FREITAS, S.N. **A educação adaptada no contexto da escola inclusiva.** RENIRGIS, 2002; 3,1: 23-32.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** 2ª Edição, Campinas: Papirus, 1995.

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão.** São Paulo: Cortez 2005.

RODRIGUES, David António. **A Educação Física Perante A Educação Inclusiva: Reflexões Conceptuais E Metodológicas.** Revista da Educação Física / UEM. Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, 2003.

SAAD, S. N. **Preparando o caminho para a inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down.** São Paulo: Vetor, 2003.

SANTANA, Vanielen Erica. **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor.** São Paulo: Phorte, 2009.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, M. L. P. **Estimulação essencial. Por quê? Integração,** Brasília, DF, v. 9, n. 16, p. 22, 1996.

SILVA, M. B. da; SCHAPPO, V. L. **Introdução a Pesquisa em Educação.** Florianópolis: UDESC, 2002.

SILVA, M. B. da; SCHAPPO, V. L. **Introdução a Pesquisa em Educação.** Florianópolis: UDESC, 2004.

SOLER, Reinaldo. **Brincando e Aprendendo na Educação Física Especial.** São Paulo: Sprint 2002.

SCHWARTZMAN, J. S. (Ed.) (1999). **Síndrome de Down.** São Paulo: Memnon.

SCHWARTZMAN, J. S. et al. **Síndrome de Down**. 2ª edição. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**, 2006. Disponível em: <[http://www.clicfilhos.com.br/site/display\\_materia.jsp?titulo=S%EDndrome+de+D+own](http://www.clicfilhos.com.br/site/display_materia.jsp?titulo=S%EDndrome+de+D+own)>. Acesso em: 11 de maio de 2020 às 08h e 50 min.

SHERRIL, Claudine. **Adapted Physical Education and Recreation**. Texas: WCB, 1986. US. DEPT. OF HEALTH AND HUMAN SERVICES PUBLIC HEALTH SERVICES, **Fatos sobre a Síndrome de Down**. Tradução: Maria Amélia Vampré Xavier. APAE – São Paulo, 1987.

STRAPASSON, A. **Apostila de Educação Física para Pessoas com Deficiência**, da Faculdade de Pato Branco. Pato Branco, PR: FADEP, 2006/2007.

VÉRAS, Vera Lúcia de Araújo. **APAE inclusão/Transformação**: Uma análise do desenvolvimento histórico e pedagógico do movimento apaeano de Caicó (RN). Caicó: UFRN, 2000.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.

YAEGASHI, Família, **Desenvolvimento e aprendizagem escolar**: um olhar psicopedagógico, 2007.

ZUCHETTO, Angela T. **Objetivos da Educação Física Adaptada. Comunicação pessoal**. Florianópolis, 1999.